

Identidade: Elementos de Etnicidade entre Escolares

Adolfo Pizzinato¹

Universidade Luterana do Brasil, Canoas, Brasil

Jorge Castellá Sarriera

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Resumo

A etnicidade vem sendo discutida em pesquisas na psicologia e nas ciências sociais, em diferentes investigações. Contudo, a etnicidade e a identidade étnica ainda não se constituem como um foco de atenção importante no Brasil. O objetivo deste trabalho é discutir as temáticas referentes à etnicidade, apresentando os resultados de uma pesquisa realizada entre escolares – imigrantes e não imigrantes – de Porto Alegre (Brasil). Os resultados apresentam sintonia com pesquisas de outros contextos, considerando aspectos macro-contextuais (como as migrações e a globalização) e micro-contextuais (a situação de fronteira e história local). Também identificou-se uma tendência de hibridização identitária entre os grupos, indicando um processo adaptativo por parte dos imigrantes e manutenção das raízes étnico-migratórias locais por parte dos demais participantes.

Palavras-chave: Etnicidade; identidade; imigração; infância.

Identity: Elements of Ethnicity among Students

Abstract

The ethnicity has been discussed thoroughly on psychology and social sciences, by different investigations. However, the ethnicity and the ethnic identity, still do not constitutes a focus of attention in Brazil. The objective of this work is to discuss the themes regarding the ethnicity, presenting the results of a research developed among students, immigrants and not-immigrants – on Porto Alegre (Brazil). The results present affinity with investigations in other contexts, considering macro-contextual aspects (as the migrations and the globalization) and micro-contextual aspects (the border situation and local history). Was detected an tendency of identity's hybridization between both groups, indicating an adaptative process by the immigrants and a maintenance of the local ethnic migratory identity roots by the other participants.

Keywords: Ethnicity; identity; immigration; childhood.

A temática dos estudos envolvendo a identidade e a etnicidade tem se apresentado bastante ampla, principalmente, no campo das ciências sociais. As questões acerca da construção da identidade e da integração de imigrantes nos países receptores tem sido o foco dos estudos (Barth, 1969/1997; Fausto, 1999). Essas questões propiciaram pesquisas sobre o papel da escola, por exemplo, como fator de integração dos imigrantes ou, no caso das escolas mantidas por uma determinada etnia, como fator de conservação da identidade (Barth, 1969/1997; Fausto, 1999; Grassi & Engers, 2000; Seyferth, 1997; Woolfolk, 2000). As revisões feitas nos últimos anos acerca das formas modernas de discursos e práticas culturais referentes à identidade, coerentemente com o novo *zeitgeist*, ao invés de propor novas respostas, tem apresentado novas questões. Entretanto, Arnett (2002) e Santos (1995/2001), criticam essas premissas questionando se o que se apresenta é realmente novo ou

se o novo é apenas o olhar que se dá aos fenômenos identitários.

Conforme aponta Santos (1995/2001), a intensificação da interdependência transnacional e das interações globais faz com que as relações sociais pareçam hoje cada vez mais desterritorializadas, ultrapassando as fronteiras dos costumes, dos nacionalismos, dos idiomas, das ideologias e de todos os demais marcadores de fronteira antropológica válidos desde o século XIX e até bem recentemente (Pizzinato, 2003). Contudo, nesse contexto emergem outras características da pós-modernidade: a ambivalência, a dualidade, a contradição.

Questões que pareciam óbvias, como as próprias nacionalidades, atualmente podem cobrar sentidos mais subjetivos que nas perspectivas clássicas, que simplesmente era limitada pelo lugar de nascimento. A identidade nacional pode ser entendida como um espaço psicossocial de pertencimento, que supõe alguns traços significativos e uma consciência mais ou menos elaborada de compartilhar um espaço vital. O reconhecimento de uma identidade nacional implica a aquisição de crenças, atitudes e valores socialmente compartilhados

¹ Endereço: Rua Miguel Tostes, 967/101, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-061. E-mail: adolfopizzinato@hotmail.com

dentro de um grupo e possíveis de avaliação, tanto dentro como fora do grupo, através da comparação social (Matera, Giannini, Blanco, & Smith, 2005).

Ao mesmo tempo, se assiste ao surgimento ou ressignificação de identidades regionais e locais alicerçadas em uma revitalização do direito às raízes em contraponto ao direito à escolha. Essa referência tão local, que poderia outrora ser categorizada como pré-moderna, e hoje é renomeada pós-moderna, apresenta-se mais intensa entre pessoas e grupos “translocalizados” (Santos, 1995/2001). Essas pessoas, em maioria, imigrantes e/ou seus descendentes, estão conectadas por um sentido de lugar específico, de território, seja ele imaginário ou simbólico, real ou hiper-real (Pizzinato, 2003).

Essa referenciação de identidade é ainda mais explícita se considerarmos uma das principais facetas da pós-modernidade: a globalização. A globalização tem existido por muitos séculos, sobretudo após a Revolução Comercial do final do século XV, como processo pelo qual culturas influenciam-se e tornam-se mais próximas através do comércio, da imigração e do intercâmbio de informações e idéias (Santos, 1995/2001). Entretanto, em décadas mais recentes, o grau e a intensidade de conexões entre diferentes culturas e diferentes regiões globais tem se acelerado dramaticamente, graças aos avanços em telecomunicações e ao rápido incremento de interdependências financeiras e econômicas através do mundo (Pizzinato, 2003). Conseqüentemente, em anos recentes, a globalização tem se tornado um dos termos mais amplamente usados para descrever o atual estado mundial (Arnett, 2002).

Atualmente, a obsessão pelas fronteiras de identidade se deriva do desejo, consciente o inconsciente de procurar um lugar suficientemente confortável, acolhedor e seguro, em um mundo que se mostra selvagem, imprevisível e ameaçador. Resistir à corrente, proteger-se das forças externas que parecem invencíveis, e que não se pode controlar nem deter. Seja qual for a natureza destas forças, ela é identificada pelo mesmo termo que a confunde: a globalização (Bauman, 2005).

Pelo fato desta concepção ser indiscriminadamente usada, a contribuição da psicologia para o entendimento da globalização tem sido ainda predominantemente indireta. Embora os efeitos indiretos da globalização no que se refere a identidade e a aculturação sejam descritos em pesquisas e teorias psicológicas, a globalização exerce uma influência primária em muitas questões da identidade nos dias de hoje, sobretudo através da mídia global (Pizzinato, 2003).

Desde a chegada dos primeiros navegadores europeus no final do século XV até os dias de hoje, o Brasil tem recebido muitas pessoas advindas de outros países e regiões. Entretanto, a historiografia tende a dividir a imigração e colonização do Brasil em momentos históricos distintos. Dentro de este panorama historiográfico, o

estado do Rio Grande do Sul (BR) se configura como o maior pólo receptor de imigrantes do Brasil no século XIX, e o terceiro maior pólo de recepção de imigrantes do país, no século XX (Diégues Júnior, 1964; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2000).

No censo demográfico brasileiro de 2000, verificou-se que a população brasileira total era de 146.048.028 (cento e quarenta e seis milhões quarenta e oito mil e vinte e oito) pessoas, sendo que destas 161.151 (cento e sessenta e um mil cento e cinquenta e uma) são estrangeiros naturalizados brasileiros (0,11% da população total). Já o número de estrangeiros legalizados vivendo no país é de 606.624 (seiscentos e seis mil seiscentos e vinte e quatro), cerca de 0,41% da população nacional (IBGE, 2000).

Embora a região sul do país seja a terceira região mais populosa (atrás das regiões sudeste e nordeste), é a segunda em número de imigrantes e estrangeiros naturalizados (de trás da região sudeste). Embora a região sul detenha apenas 15,08% (22.030.963) da população nacional, nela vivem 20% (32.338) da população de estrangeiros naturalizados e 10,8% (65.801) da população de estrangeiros residentes no país. A região sul caracteriza-se assim como a segunda mais populosa em termos de estrangeiros e naturalizados, atrás apenas do sudeste, evidenciando a pluralidade de origens presentes na sociedade local (IBGE, 2000).

Em 1989, a Organização das Nações Unidas (ONU) estimava em 50 milhões o número de pessoas (migrantes, asilados, refugiados, etc.) que viviam fora de suas fronteiras. As contínuas guerras, a pobreza, a perseguição política ou os desastres ecológicos fizeram que em 1992 essa cifra fosse duplicada, pelo que para alguns, a imigração internacional está se convertendo em um dos desafios mais importantes para os sistemas políticos, econômicos e sociais do mundo (García-Ramírez, Martínez-García, & Santolaya-Soriano, 2002). O sistema migratório pode ser definido como uma associação. Esta seria dotada de certa intenção de permanência e acompanhada de um denso tecido de inter-relações sócio-político-econômico e culturais, que se estabelece entre uma região receptora de imigração e um conjunto de países emissores de emigração (Pizzinato & Sarriera, 2004).

Essa história de imigrações, sua situação de fronteira e de cultura de fronteira, como definiria Barth (1969/1997), além dos processos imigratórios recentes e dos elementos da globalização contemporânea marcam profundamente a identidade dos gaúchos (naturais do estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil). Essa marca identitária, além de refletir-se no discurso social, está presente na cotidianidade das relações sociais.

Tanto ou mais relevantes que estes dados históricos e estatísticos atuais, é o fato que neste intercâmbio, nessas aproximações entre povos, muitos aspectos de suas

culturas interagem. Um dos principais desdobramentos psicológicos que ocorrem em virtude dessa interação, incrementada dentro do processo de globalização, são as transformações na identidade, isto é, em como as pessoas pensam sobre si em relação ao meio social. A preocupação com a identidade, embora não seja nova, teve uma atenção redobrada especialmente quando se configuram novas formas de relação entre pessoas, países e conhecimentos. Neste artigo, a ênfase está nas pessoas e como, formas “modernas” de intercâmbio de identidades (por exemplo, a imigração), adquirem nova caracterização e conseqüências na contemporaneidade.

Prima-se nessa aproximação, pela percepção da infância sobre o fenômeno da identidade. Essa visão, além de refletir uma situação de socialização real importante (o contato entre crianças de diferentes origens) pode ajudar a compreender a quão intrincada nas instituições sociais pode situar-se essa discussão na atualidade e num futuro próximo. De um lado, observa-se aqui a influência que o discurso sobre a origem pode exercer nos descendentes de imigrantes ou como se posicionam as crianças imigrantes no cruzamento bicultural que vivenciam.

Como uma das conseqüências da globalização está o desenvolvimento de uma identidade bicultural, onde parte da própria identidade é enraizada na cultura local enquanto outra parte origina-se de uma consciência de sua relação com a cultura global (Arnett, 2002). O conceito de identidades biculturais vem há muito tempo sendo discutido, mas apenas em relação às identidades desenvolvidas por imigrantes e membros de minorias étnicas (Berry, 1997, 2001; Phinney & Devich-Navarro, 1997; Pizzinato & Sarriera, 2004; Sarriera, 2000; Sarriera, Pizzinato, & Rangel, 2005). Entretanto, poderia também ser ampliado frente ao processo de globalização. Isso significa que neste contexto em que, somado a sua identidade local, pessoas desenvolvem uma identidade global que as dá então um senso de pertencimento à cultura global e inclui na consciência dos eventos, práticas, estilos e informações que fazem parte da cultura global.

A identidade global permite comunicar-se com pessoas de diferentes lugares quando viajam, migram quando pessoas chegam à sua comunidade. Além disso, a televisão é crucial nesse processo de desenvolvimento de uma identidade global, pois provê de exposições de pessoas, eventos e informações de todas as partes do mundo. Entretanto, para as futuras gerações de crianças e adolescentes, a internet será ainda mais importante na comunicação global, pois gera acesso direto e instantâneo a toda sorte de informações (Arnett, 2002).

Simultaneamente a sua identidade global, as pessoas continuam a desenvolver sua identidade local, baseada em circunstâncias, ambientes e tradições culturais locais de onde cresceram. Esta identidade é a mais usa-

da no dia a dia, em interações familiares, com amigos e comunidade (Pizzinato, 2003). O desenvolvimento de uma identidade bicultural pode significar um retraimento da identidade local em relação à identidade global e não há dúvida que as próprias culturas locais estarão sendo modificadas pela globalização. Especificamente na introdução da mídia global, economia de mercado aberto, incremento da escolarização formal e o decréscimo nos casamentos e na paternidade-maternidade (Arnett, 2002).

Além disso, a própria noção de identidade muitas vezes desconsidera a opinião, ou a percepção que os próprios sujeitos possuem dos elementos que os constituem, ainda mais em se tratando de um coletivo social marcadamente excluído (ou entendido como “ator secundário”), como a infância. Dentro desta perspectiva, busca-se abranger melhor o fenômeno contextual das noções identitárias que possuem crianças que vivem esse processo, sem subestimar o entendimento que elas têm dos outros e sem negligenciar as diferenças contextuais de cada grupo em interação (Stevahn, Johnson, Johnson, Oberle, & Wahl, 2000).

As características psicológicas deste processo, as formas de inserção social, de relações intra e inter-grupos, de construção de identidade foram e são ainda muito negligenciados na investigação psicológica. Mais negligenciado ainda são essas características quando se trata da infância (Ogbu, 1981). As formas de relações sociais e os aspectos da identidade étnica infantil, ainda parecem ser encarados pelos grupos majoritários de construção de conhecimento em ciências humanas, como questões muito complexas ou pouco importantes para serem alvo de uma atenção que não meramente inferencial por parte dos pesquisadores e teóricos da área. Soma-se aqui a noção de incompetência da infância como interlocutor válido (Casas, 1996) ou o temor de uma ideologização discriminatória de um discurso psicológico que trate de diferenças culturais (Pizzinato & Sarriera, 2004).

Boa parte das teorias sobre identidade e os processos de identificação nem consideram a infância nesse fenômeno, uma vez que se considera esse coletivo social como ainda “incompleto”. Entretanto, mesmo em se tratando da infância, a identidade pode ser entendida como um construto conceitual que combina as dimensões de *insideness* – vista como pessoal – com a de *outsideness* – entendida como fatores sociais, históricos e culturais (Lacasa, del Castillo, & García-Varela, 2005). A identidade subjetiva se organiza interna e externamente na relação com os demais e com a cultura (Rey, 2003). O contexto cultural tem o papel de regular as condições sociais de construção do sentido de si mesmo, ao longo de todo o processo evolutivo. A integração dinâmica destes aspectos resulta em uma subjetividade de natureza plural e polifônica (Hermans, 2001; Lopes de Oliveira,

2006), que se contrapõe à perspectiva de uma identidade totalmente individualizada e auto-contida.

As crianças e os adolescentes passam a criar sistemas semióticos (por exemplo, gírias, estilos de vestimenta e corte de cabelo) que são incorporados à chamada cultura juvenil típica de cada geração. Na infância, a identificação como imitação constitui o principal dispositivo de socialização. Na adolescência, passa a ganhar maior importância a diferenciação, tendência responsável pela enfática afirmação das marcas culturais típicas de cada geração (Lopes de Oliveira, 2006).

Além das crianças suporem um grupo muito “atípico” para discutir conceitos como a identidade, também a imigração desafia os conceitos simplistas de raça, acrescentando à mistura um elemento novo: a etnicidade. Por exemplo, todos os 4,55 milhões de imigrantes que entraram no Brasil entre 1872 e 1949 trouxeram consigo uma cultura pré-migratória e criaram novas identidades étnicas, nem totalmente brasileiras e nem totalmente originais (Lesser, 2001).

A etnicidade é uma forma de organização social baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores (Barth, 1969/1997). Esta definição mínima é suficiente para circunscrever o campo de pesquisa designado pelo conceito de etnicidade: aquele do estudo dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores sociais identificam-se e são identificados pelos outros na base da dicotomização nós/eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõem derivados de uma origem comum e realçados nas interações sociais (Barth).

Um dos mais importantes postulados das teorias da etnicidade é que a identidade étnica nunca se define de maneira puramente endógena, pela transmissão da essência e das qualidades étnicas por meio do *membership*, ou da herança. Ela é sempre e, inevitavelmente, um produto de atos significativos em relação a outros grupos (Barth, 1969/1997; Poutignat & Streiff-Fenart, 1995/1997; Seyferth, 1997). Ela se constrói na relação entre a categorização pelos não-membros e a identificação com um grupo étnico particular.

A identidade étnica é uma construção cultural que se realiza em um período de tempo histórico, onde grupos étnicos em situações reais se recriam constantemente. A etnicidade é sempre reinventada para fazer frente à realidade que muda (Constantino, 2000).

O simples fato de que diferenças étnicas existam dentro de uma mesma cultura, por exemplo, não identifica os elementos da amplitude do sistema de crenças culturais que direcionam as conseqüências desenvolvimentais específicas, não apenas seu conhecimento das interações, mas a natureza multidimensional de diferentes níveis neste sistema (McLaren, 1995/2000).

Nessa direção, Arnett (2002), quando aborda a identidade étnica sob o prisma da globalização chega a uma conclusão congruente com a de Santos (1995/2001): “Identidades são, pois, identificações em curso.” (p. 135). Ambos concordam com a premissa de Barth (1969/1997) também reafirmada por Lesser (2001) de que as identificações, além de plurais, são dominadas pela obsessão pela e da diferença dentro de um gradiente de distinções, ou seja, onde alguém pode ser mais “diferente” que outro.

Nesse sentido, pretendeu-se identificar alguns elementos da auto-identificação étnico-nacional de crianças escolares da cidade de Porto Alegre (BR), considerando os aspectos identificados em um discurso social que faz referência: (a) à origens identificadas com a presença imigrante no território (predominantemente referendada à imigração européia do séc. XIX); (b) a necessidade de diferenciação dos “outros” (tanto dos demais brasileiros, como dos países vizinhos – os principais imigrantes da atualidade); (c) à manutenção de um imaginário identitário gaúcho compartilhado e (d) à identificação do processo de construção de novas expressões da identidade entre as crianças imigrantes.

Método

Participantes

Participaram 575 crianças, divididas entre não imigrantes (543) e seus colegas de sala de aula imigrantes (32). Os sujeitos eram alunos de escolas públicas e privadas de Porto Alegre (BR), cursando entre a 2ª e a 8ª séries do ensino fundamental, com idades de oito e quatorze anos. A escolha das escolas a participarem da pesquisa deu-se por sorteio, alcançando um terço das 476 escolas de ensino fundamental de Porto Alegre (BR). Destas escolas sorteadas, participaram apenas aquelas em que havia alunos imigrantes e que se dispusessem a participar da investigação em um total de 17 escolas diferentes.

A amostra dos alunos não-imigrantes era composta de 51 % de meninos e 49% de meninas, de acordo com a distribuição normal nas salas de aula e, a disposição das famílias em participarem da investigação. A maioria das famílias dos participantes tinha entre 3 e 5 integrantes (73,8%) e de orientação católica (51,4%). A maioria dos alunos estudou em menos de 3 escolas (89%), embora estude a menos de 2 anos (41,6%) na escola atual. Apenas 10,4% dos alunos são ajudados nas tarefas escolares pela família, em idioma que não o português. Entre os alunos, 25,3% já haviam sido reprovados e, deste total, 27,7% foram reprovados pelo menos uma vez na 1ª série do ensino fundamental. Cerca de 73% dos alunos estudavam em escolas públicas e 27% em escolas privadas.

Entre o grupo de crianças imigrantes, havia 59,4%

de meninos e 40,6% de meninas, com famílias com número de componentes entre 4 e 5 (72%) e de orientação religiosa predominantemente católica (44%). Os países de origem mais freqüentes na amostra foram o Peru e o Uruguai (18,8% cada); Angola e Alemanha (9,4% cada); Colômbia, Chile, EUA e Bolívia (6,3% cada) e Japão, Líbano, Itália, Argentina, Rússia e Israel (3,1% cada). A maioria do grupo vivia a menos de 4 anos no Brasil (64,5%), havia estudado em menos de 2 escolas diferentes (50,1%) e estudava a menos de 2 anos na escola atual (68,8%). Dentro deste grupo, 53,1% havia estudado menos de 2 anos em seu país de origem, e a mesma proporção de alunos possuía pais que não utilizavam português na comunicação referente às tarefas escolares. Apenas 15,6% destes alunos já haviam sido reprovados, sendo a terceira série do ensino fundamental a que obteve maiores escores de reprovação (40%). A maior parte deles (65,6%) estudava em escolas públicas.

A identidade étnico-nacional foi avaliada de forma qualitativa, através de uma questão semi-estruturada, que questionou os participantes acerca de com quais grupos culturais identificavam-se mais. Após minucioso *rapport* e apresentação de uma folha contendo dezenas de possibilidades, solicitava-se que escolhessem aqueles grupos com que mais se identificavam. Além das opções oferecidas como exemplos, havia espaço para a eleição de outras possibilidades não previstas. Buscou-se essa opção, partindo-se da premissa de que esse seria um processo plural, onde os participantes poderiam atribuir-se muitas possibilidades identitárias ao mesmo tempo. Ainda que essas possibilidades de escolha possam denotar certa direcionalidade, provou-se necessária após um teste piloto, assim como uma adequação de linguagem e de interface mais amigável, coma introdução de cores e desenhos. Como os temas da identidade e da etnicidade não de todo familiares *per se*, ainda mais na faixa etária estudada, foi necessária a introdução de exemplos e de algumas possibilidades (adequadas aos dados do IBGE e da Polícia Federal quanto aos principais grupos étnicos identificáveis no Brasil e no Rio Grande do Sul).

Evidentemente uma perspectiva mais aberta seria mais interessante para a observação do processo discursivo ou narrativo de auto-identificação em situações similares à apresentada aqui (Sarriera et al., 2005). Entretanto, considerando-se a idade dos participantes e o tamanho da amostra, optou-se por uma perspectiva mais contingente, através de exemplos de nacionalidades ou identificações regionais possíveis, dentro das mais freqüentes considerando os dados dos censos populacionais gaúchos durante todo o século XX. Esta forma foi avaliada como compatível com a perspectiva epistemológica aqui adotada, já que além do interesse

por aspectos narrativos e qualitativos, também se caracteriza pela plasticidade metodológica.

Procedimentos

Foram realizados, inicialmente, contatos diretos com as 17 escolas de Porto Alegre (BR), públicas e privadas, que oferecem ensino fundamental com, pelo menos, uma criança estrangeira em, pelo menos, uma turma, a fim de obter-se autorização para a realização da pesquisa entre seus alunos. A aplicação dos instrumentos realizou-se apenas com o retorno do consentimento livre e esclarecido assinado por um dos pais ou responsável formal de cada criança. As crianças não autorizadas por seus pais a participarem da pesquisa (em torno de 3,5%), realizaram neste período alguma outra atividade, previamente combinada com seus(suas) professores(as).

Uma vez obtida a autorização e feita a visita preliminar, combinou-se um horário para entrar nas turmas de ensino fundamental, na qual se realizou a aplicação grupal do instrumento de pesquisa junto aos alunos, durante uma hora. Os alunos tiveram liberdade de optar por responder ou não à pesquisa.

Resultados

A identidade étnico-nacional foi avaliada a partir da questão semi-estruturada: "Aqui em Porto Alegre convivem pessoas de diferentes origens, com pais, avós e bisavós originários de outros países ou estados. Portanto, em todo o Brasil, existem várias formas de uma pessoa se identificar (como brasileiros, italianos, alemães, uruguaios, etc.). Marque no quadro abaixo, a qual ou as quais destes grupos você acha que pertence mais". Após a questão, apresentava-se uma série de opções que caracterizam os principais grupos étnicos do Estado, além de possibilitar a inserção de tantas outras formas de identificação, na medida em que avaliassem necessário. As respostas foram categorizadas segundo seus conteúdos afins, conforme o modelo de análise categorial proposto por Clemente-Díaz (1992).

As categorias foram definidas *a posteriori*, chegando a 7 categorias de conteúdo, assim distribuídas: brasileira, híbridas nacional-regionais (ex.: brasileiro e gaúcho; brasileiro e fluminense), híbridas nacional-internacionais (ex.: brasileiro e italiano; brasileira e alemã), híbridas internacionais (ex. argentino e italiano, peruano e espanhol), híbridas regional-internacionais (ex.: gaúcho e argentino; gaúcha e uruguaia), internacionais (ex.: alemão, italiana, polonesa, etc.) e de forma mais complexa, híbridas regionais, nacional e internacionais (ex.: gaúcho, brasileiro e italiano; gaúcho, brasileiro e argentino).

Tais categorias, conforme ilustra a tabela 1, encontram-se distribuídas de formas bastante diferentes entre os grupos.

Tabela 1

Distribuição por Tipo de Identidade Étnica Auto-Referida entre os Grupos de Imigrantes e Não Imigrantes. Frequências e Porcentagens

	Não Imigrantes		Imigrantes	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
1. Brasileira	58	10,68	1	3,1
2 Híbridas brasileira – regionais	20	3,7	0	0
3 Híbridas brasileira – estrangeiras	148	27,3	3	9,4
4 Híbridas estrangeiras	47	8,7	7	21,9
5 Híbridas regionais-estrangeiras	61	11,2	1	3,1
6 Estrangeiras	115	21,17	12	37,5
7 Híbridas regionais, nacional e estrangeiras	94	17,3	8	25,0
Total	543	100	32	100

Discussão

Cerca de 25% dos participantes imigrantes, definiu sua identidade como na categoria 7, ou seja, mesclando a identidade regional de gaúcho, com a nacional brasileira e com a de seu país de origem, além de muitas vezes acrescentar origens étnicas de países que colonizaram seu país de origem (por exemplo, nomear-se gaúcho, brasileiro, uruguaio e espanhol). Essa aproximação identitária para com o Brasil e o Rio Grande do Sul, não se definiu nem pelo tempo de vida no Brasil, nem pelo país de origem da criança. Esse percentual obtido entre os imigrantes (25%) é maior do que o obtido entre os participantes não imigrantes (17,3%). Entretanto, tampouco se pode fazer alguma inferência quanto ao significado que gaúcho ou brasileiro possam ter no imaginário identitário dos participantes, mas claramente se pode perceber que existe um processo de identificação-diferenciação e, se marca pela conjunção de pluralidades mais ou menos coerentes quanto à etnicidade.

As etnicidades trazidas e construídas por imigrantes são situacionais e não identidades primordiais imutáveis. Em diversos momentos os imigrantes e seus descendentes podem abraçar tanto sua identidade de referência histórica, quanto à identidade do país de acolhida (Lesser, 2001), assim como criar um novo espaço de identidade *hifenizado*, como ilustram os dados. O processo de construção dessas identidades híbridas não foi um processo fácil ou suave, e as tentativas de legislar ou impor a brasilidade nunca tiveram êxito na história das políticas identitárias no Brasil. Ainda hoje, no terceiro milênio, o Brasil permanece um país onde a etnicidade hifenizada é predominante, embora não reconhecida (Lesser).

Ainda que tratemos de uma amostra muito díspar, um dado chama à atenção: um número importante das

crianças não imigrantes (85,67%) considera alguma origem “estrangeira” na definição de sua identidade e 21,17% dos integrantes deste grupo definem sua identidade em termos de uma origem imigratória ancestral (aqui no presente caso, predomina as identificações com as etnias italiana e alemã). Sendo assim, como considerar a estas crianças? Não são imigrantes, na maioria dos casos, nem filhas e nem netas de imigrantes, e mesmo assim, identificam-se com certas supostas “raízes” de um lugar imaginário socialmente compartilhado. Se os dados fossem analisados em termos de percentuais, inclusive se poderia afirmar que as crianças imigrantes são “mais brasileiras” que as nativas. Esses dados confirmam a existência de muitas possibilidades de ser brasileiro.

A idéia de um Brasil “uno”, homogêneo, sem diferenças, conforme postulavam os cientistas sociais da década de 1930 (Lesser, 2001) está cada vez mais distante. As diferenças existem, apresentam-se e propõem uma discussão sobre uma nova identidade brasileira, a brasilidade. As formas de identidade étnica auto-atribuída pelas crianças expressam parte do fenômeno da diferenciação entre os grupos de imigrantes. Observa-se na distribuição dos grupos uma tendência maior por parte dos imigrantes em atribuírem-se identidades étnicas referendadas na sua nacionalidade de origem, posto que apenas um (a) participante imigrante nomeou-se apenas com a identidade brasileira. Este resultado também expressa apenas 10,68% entre as respostas do grupo de não-imigrantes.

Os participantes não imigrantes tendem a atribuírem-se predominantemente identidades hifenizadas, ou seja, que mesclam origens étnicas de diferentes países excluindo o Brasil (em 21,17% dos casos), ou incluindo a identidade brasileira com as distintas origens étnicas internacionais (em 27,3% dos casos), ainda que, ao

contrário da realidade norte-americana, essa hifenização identitária, no Brasil nunca é explícita, mas latente no discurso ufanista da igualdade racial brasileira.

A análise dessas posições díspares sugere que as teorias de mestiçagem, como a de Gilberto Freyre (1933/1994), por exemplo, que muitos estudiosos viram como significando o surgimento de uma raça brasileira nova e uniforme, a partir da mistura de povos, foi muitas vezes entendida como uma união, e não uma mistura de fato, de diferentes identidades, como a criação de uma multiplicidade de brasileiros hifenizados, e não de um grupo único e uniforme (Lesser, 2001).

A recontextualização das identidades, como no caso da imigração, exige que se esclareçam as especificidades dos campos de confrontação e, especialmente de negociação em que as identidades formam-se e reformam-se na contemporaneidade, especialmente se tem em conta os movimentos de globalização (Santos, 1995/2001). Ainda que possa parecer pouco coerente, dentro de uma perspectiva de “herança” concreta, os participantes ilustram, predominantemente, uma construção identitária plural e marcada pela presença de identificações com elementos étnicos e nacionais, muitas vezes, contraditórios.

Cardoso de Oliveira (2000), por exemplo, propõe a definição de identidades em crise. Essa definição faz sentido quando, em sua movimentação no interior de sistemas sociais, os caminhos de que se valem levam certas pessoas à viverem situações de extrema ambivalência. São seus (des)caminhos, ainda que não necessariamente equivocados, pois em regra tendem a ser o únicos possíveis (em termos conjunturais), na medida em que o processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade envolvente do que pelas fontes originais dessas mesmas identidades (Cardoso de Oliveira).

Quanto mais tempo se permanece em um meio uniforme – em companhia de pessoas semelhantes, com as que se pode relacionar de maneira superficial e prosaica, sem expor-se a mal-entendidos e sem lutar com a humilhante necessidade de traduzir significados radicalmente diferentes -, mais probabilidades existem de que “se desaprenda” a arte de chegar a fórmulas conciliatórias e a um *modus convivendi* entre as diferentes identidades e etnicidades (Bauman, 2005).

Pensar nos grupos humanos como se sentindo pertencentes a determinado espaço, menos geográfico, e mais vivido e entender os laços que unem as pessoas como oriundos de tradições, crenças e valores compartilhados através do tempo, justifica deter-se, no que significa a passagem de um momento histórico para outro e no que estas mudanças repercutem na vivência das pessoas.

A pertença a um grupo étnico é questão de definição social, de interação entre a auto-definição dos membros

e a definição dos outros grupos. É esta relação dialética entre as definições exógena e endógena de pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição (Barth, 1969/1997; Poutignat & Streiff-Fenart, 1995/1997; Seyferth, 1997).

Os dados obtidos aqui indicam a presença de identidades em curso. As crianças participantes, independente de sua origem nacional, apresentam elementos de identidades que refletem importantes aspectos de seu ambiente contextual. A imigração é presente em seus discursos, tanto na referência à imigração vivida, quanto à significada nos discursos de sua família ou sociedade. O “ser”, na concepção desta pesquisa, supõe uma negociação identitária que abrange elementos étnicos plurais, de diferentes momentos histórico-culturais, potencializados pela sociedade global. Muito provavelmente o discurso social sobre as origens étnicas dentro do contexto onde se desenvolve a pesquisa é um importante marcador na construção da identidade étnica das crianças. Ainda que os dados empíricos indiquem que a maior parte das crianças porto-alegrenses não estrangeiras não fale outro idioma, por exemplo, ainda identificam-se, em boa medida, com uma herança étnica (real ou simbólica) ancestral, sobretudo no que diz respeito à origens europeias (Pizzinato & Sarriera, 2004).

Segundo Bauman (2005), até há pouco tempo atrás, pertencer no espaço significava compartilhar valores regionais. Pertencer no tempo significava compartilhar os valores e costumes modernos. A cultura local, que sempre servira como uma proteção ideológica e econômica para cidades, estados e países, acabou não sendo suficiente para manter uma hegemonia, uma proteção contra os males vindos dos “outros”.

Os estrangeiros tendem a parecer mais terríveis quanto mais distantes, desconhecidos e incompreensíveis se vejam a esses coletivos sociais; e quanto mais se debilitam (ou já nem sequer se iniciam), o diálogo e a interação mútuos que poderiam terminar integrando a existência das alteridades na cultura majoritária (Bauman, 2005). Dessa forma, segundo McLaren (1995/2000), vive-se na busca de um hibridismo pós-colonial em um espaço de cultura de fronteira, de um novo mundo de fronteira. Este novo mundo consiste em “uma grande zona de fronteira, trans e intercontinental, um lugar onde não há centros. Tudo são margens, não há ‘outros’ ou, melhor dizendo, os únicos outros verdadeiros são aqueles que resistem à fusão, mestizagem e diálogo intercultural” (McLaren, p. 178). Os dados da presente pesquisa corroboram a idéia dos autores aqui discutidos, uma vez que a pluralidade identitária só reforça a existência (ou co-existência) de muitos “outros” e não de um “nós” indiferenciado ou homogêneo. Ainda que nem sempre soubessem nominar, ou explicar as razões de suas identificações, sabiam que os elementos que

acreditavam importantes na sua definição do “eu étnico” estavam presentes e eram diferentes unos de outros.

A questão é que, conviver no meio do onde não há centros e pólos, faz com que se passe a ser esses “outros”, ou seja, todos podem ser entendidos como os “diferentes”, os outros de algum outro grupo de referência, já que estas não são tão estáticas como no passado. Passa-se a lutar avidamente por consolidar uma subjetividade que mantenha as pessoas ligadas ao mundo mais amplo, mas que faça com que cada um se sinta diferente nesse mundo. Parece haver uma luta constante por um equilíbrio entre o igualar-se e o diferenciar-se. Viver na margem pode significar o movimento constante de navegar pelo meio do rio, evitando os perigos de perder o controle da nau e colidir com um lado ou outro desse mesmo rio (Santos, 1995/2001).

Ao permitir que prospere a diversidade de pessoas, atividades e crenças, o espaço público possibilita a integração – ou a reintegração – sem destruir as diferenças. Em realidade, às celebra. O medo e a insegurança vão se acalmando graças à preservação da diferença e ao fato de poder mover-se como se deseja, sobretudo nas grandes cidades contemporâneas (Bauman, 2005). Esse parece ser o caso do contexto estudado, uma vez que historicamente o Estado teve um papel omissivo quanto às políticas de integração de coletivos imigrantes, ainda que a presença histórica massiva da diferença e de pluralidade étnica no Rio Grande do Sul pareça ter sido uma constante. Essa presença parece refletir-se, não apenas no pouco estranhamento da diversidade, mas também na assunção de múltiplas possibilidades étnico-culturais na constituição da identificação destes escolares de Porto Alegre (BR).

O mundo grande sem fronteiras pode ser, às vezes, bastante pequeno. É plural, mas muitas vezes homogêneo, multiplicado, articulado. Como coloca Ianni (1992), um processo crescente de desterritorialização vai tomando corpo. Todas as estruturas anteriormente, consolidadas, vão perdendo lugar para uma dispersão na qual fica difícil compreender onde se situam os “focos” do poder. Econômica e politicamente, jamais as coisas terão seus lugares definidos como outrora. O fundamental é questionar se o fato de terem mudados os lugares fez com que desaparecessem as estruturas mais subjacentes.

Desta forma, finaliza-se o presente artigo propondo a discussão, por parte da psicologia e seus referenciais, de questões tão importantes como a identidade, sob uma perspectiva étnica, e a forma como percebemos e tratamos com as diferenças em nossa sociedade, marcadamente esquiva a tais discussões. Valendo-se de argumentos ideologicamente comprometidos como as teorias de mestiçagem e o uso político delas advindo, alimenta-se uma falsa retórica de igualdade democrática,

que não apenas disfarça e nega a subjetividade como utiliza a negação da diferença como uma simplificação da realidade, que acaba gerando ou alimentando movimentos de exclusão social presentes nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Referências

- Arnett, J. J. (2002). The psychology of globalization. *American Psychologist*, 57(10), 774-783.
- Barth, F. (1997). *Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista. (Original publicado em 1969)
- Bauman, Z. (2005). *Confianza y temor en la ciudad – vivir con extranjeros*. Barcelona, España: Arcadia.
- Berry, J. W. (1997). Immigration, acculturation and adaptation. *International Journal of Applied Psychology*, 46, 5-34.
- Berry, J. W. (2001). A Psychology of Immigration. *Journal of Social Issues*, 57(3), 615-631.
- Cardoso de Oliveira, R. (2000). Os (des)caminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42), 7-21.
- Casas, F. (1996). *Infancia: Perspectivas psicossociales*. Barcelona, España: Paidós.
- Clemente-Díaz, M. (1992). *Métodos y técnicas de investigación*. Madrid, España: Eudema.
- Constantino, N. S. de (2000). Italianidade(s): Imigrantes no Brasil meridional. In F. Carboni & M. Maestri (Eds.), *Rafzes italianas do Rio Grande do Sul: 1875-1997* (pp. 65-80). Passo Fundo, RS: Editora da Universidade de Passo Fundo.
- Diégues, M., Júnior (1964). *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro, RJ: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
- Fausto, B. (1999). Introdução. In B. Fausto (Ed.), *Fazer a América* (pp. 9-13). São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.
- Freyre, G. (1994). *Casa grande, senzala*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia Editora Nacional. (Original publicado em 1933)
- García Ramírez, M., Martínez García, M., & Santolaya Soriano, F. (2002). *Integración social y empleo de inmigrantes*. Sevilla, España: Universidad de Sevilla.
- Grassi, M. H., & Engers, M. E. A. (2000). Identidade sociocultural no espaço da alfabetização. *Educação*, 41, 9-30.
- Hermans, J. M. (2001). The dialogical self: Toward a theory of personal and cultural positioning. *Culture & Psychology*, 7(3), 243-282.
- Ianni, O. (1992). *A sociedade global*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). *Senso Demográfico Populacional*. Porto Alegre, RS: Autor. Relatório governamental não-publicado.
- Lacasa, P., del Castillo, H., & García-Varela, A. B. (2005). A bakhtinian approach to identity in the context of institutional practices. *Culture & Psychology*, 11(3), 287-308.
- Lesser, J. (2001). *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.
- Lopes de Oliveira, M. C. S. (2006). Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: Uma revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 427-436.
- Matera, C., Giannini, M., Blanco, A., & Smith, P. B. (2005). Autoestereotyping and national identity in the spanish context. *Interamerican Journal of Psychology*, 39(1), 83-92.
- McLaren, P. (1995/2000). *Multiculturalismo revolucionário: Pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre, RS: Artmed. (Original publicado em 1995)
- Ogbu, J. U. (1981). Origins of human competence: A cultural-ecological approach. *Child Development*, 52, 413-429.

- Phinney, J. S., & Devich-Navarro, M. (1997). Variations in bicultural identification among African American and Mexican American adolescents. *Journal of Research on Adolescence*, 7, 3-32.
- Pizzinato, A. (2003). Identificar(se) na pós-modernidade: Etnicidade e globalização. In P. Guareschi, A. Pizzinato, L. L. Krüger & M. M. K. Macedo (Eds.), *Psicologia em questão: Reflexões sobre a contemporaneidade* (pp. 15-32). Porto Alegre, RS: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Pizzinato, A., & Sarriera, J. C. (2004). Identidade étnico-nacional e competência social em escolas de Porto Alegre. *Aletheia*, 19(1), 7-20.
- Poutignat, P., & Streiff-Fenart, J. (1995/1997). *Teorias da etnicidade*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1995)
- Rey, F. G. (2003). *Sujeito e subjetividade: Uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, SP: Pioneira.
- Santos, B. de S. (2001). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: Cortez. (Original publicado em 1995)
- Sarriera, J. C. (2000). Educação para a integração entre culturas e povos: Da aculturação para o multiculturalismo. In J. C. Sarriera (Ed.), *Psicologia comunitária: Estudos atuais* (pp. 179-202). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Sarriera, J. C., Pizzinato, A., & Rangel Meneses, M. P. (2005). Aspectos psicossociais da imigração familiar na grande Porto Alegre. *Estudos de Psicologia*, 10(1), 5-13.
- Stevahn, L., Johnson, D. W., Johnson, R. T., Oberle, K., & Wahl, L. (2000). Effects of conflict resolution training integrated into a kindergarten curriculum. *Child Development*, 71(3), 772-784.
- Seyferth, G. (1997). A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Maná*, 3(1), 12-25.
- Woolfolk, A. (2000). *Psicologia da educação*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Received 10/03/2007

Accepted 01/10/2007

Adolfo Pizzinato. Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela mesma universidade. Doutor em Psicologia da Educação pela Universitat Autònoma de Barcelona, onde atuou como pesquisador colaborador junto ao grupo de pesquisa DEHISI (Desenvolvimento humano, intervenção social e interculturalidade). Atualmente é professor do Curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/Canoas).

Jorge Castellá Sarriera. Psicólogo, Licenciado em Psicologia, título homologado no Brasil pela Universidade Católica de Pelotas, Graduação em Psicologia, Universidade de Barcelona e Universidade Católica de Assunção, Especialização em Psicologia Organizacional (PUCRS), Mestrado em Psicologia Escolar (PUCRS), Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Autònoma de Madrid, Pós-doutorado na Universidade de Barcelona em Técnicas Estatísticas Multivariadas e na University of San Francisco (CA-USA) em Psicologia Comunitária. Professor adjunto no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).